

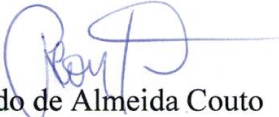
**Ata da 25ª Reunião da Comissão de Economia e Finanças da 17ª
Legislatura da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT**

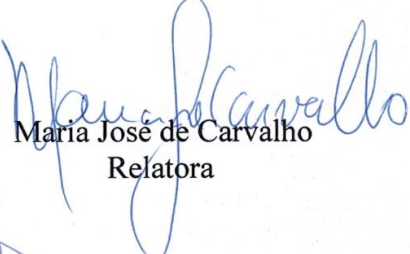
Aos 12 (doze) dia, do mês de dezembro, do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 19h, no Plenário da Câmara Municipal “Vereador Manoel Pereira Brito”, reuniram-se os Vereadores Ronaldo de Almeida Couto (presidente da comissão), Maria José de Carvalho (relatora) e Weliton Andrade da Silva (membro) para a reunião da Comissão de Economia e Finanças para deliberarem sobre o seguinte projeto: **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2016, de 05 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Regulamenta o pagamento de inscrições e diárias aos membros dos Conselhos Curador, Fiscal e do Comitê de Investimentos do Barra-Previ”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018/2016, de 05 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Institui a UPFBG – Unidade Padrão Fiscal de Barra do Garças, para efeito de calculo de atualização monetária e de conversao de valores pertencentes a fazenda pública municipal”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2016, de 05 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084 de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084 de 01 de abril de 2005 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 021/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivo da Lei Complementar nº 091 de 22 de dezembro de 2005”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 022/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivo da Lei nº 124 de 04 de novembro de 2009 – Código de Obras e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 023/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera dispositivos da Lei Complementar nº 045 de 15 de dezembro de 1997 que Institui o Código Tributário do município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 057/2016, de 30 de Novembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº**

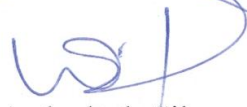
058/2016, de 30 de Novembro de 2016, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 059/2016, de 30 de Novembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 060/2016, de 30 de Novembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 061/2016, de 30 de Novembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 064/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 065/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 066/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 067/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 068/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 069/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 070/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 071/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 072/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender

a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 073/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 074/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 075/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências”; **PROJETO DE LEI Nº 076/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 077/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 078/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 079/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 080/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 081/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 082/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza a outorga de concessão para exploração do serviço de transporte coletivo urbano”; **PROJETO DE LEI Nº 083/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei nº 3.762/2016 que institui o “Programa Bolsa Aluguel Social”; **PROJETO DE LEI Nº 084/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI Nº 085/2016, de 12 de Dezembro de 2016**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Dispõe sobre a locação de imóvel à entidade que menciona”; **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006/2016, de 28 de Novembro de 2016**, de autoria do Vereador João Rodrigues de Souza – PDT e outro, que “Institui a Política Municipal de Regularização Fundiária Sustentável e dá outras

providências”; **EMENDA ADITIVA Nº 017/2016, de 08 de Dezembro de 2016**, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva - PSB, “Ao Projeto de Lei Complementar nº 017 de 05 de dezembro de 2016”; **PROJETO DE LEI Nº 048/2016, de 09 de Dezembro de 2016**, de autoria do Vereador Miguel Moreira da Silva – PSB e outros, que “Dispõe sobre a verba de natureza indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar e dá outras providências”. Todos os projetos acima citados tiveram parecer favorável desta comissão. Terminada as discussões dos projetos, encerrou-se a reunião, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.


Ronaldo de Almeida Couto
Presidente


Maria José de Carvalho
Relatora


Weliton Andrade da Silva
Membro